

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E
2 CIÊNCIAS HUMANAS – OUTUBRO/2014

3 Aos dois dias do mês de outubro do ano de 2014, no Anfiteatro da unidade provisória
4 da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São
5 Paulo, realizou-se a reunião ordinária da Congregação do Campus Guarulhos. Sob a
6 presidência do Prof. Daniel Arias Vazquez, diretor acadêmico, iniciou-se a reunião às
7 quinze horas e quarenta minutos, após assinatura da lista de presença anexa, pelos
8 membros. Prof. Daniel V., após destacar a presença do Prof. Esper Abrão Cavalheiro,
9 Pró-Reitor de Planejamento, passou à ordem do dia. O primeiro item da pauta foi a
10 **aprovação da ata da reunião ordinária do mês de setembro**, cujo texto seguiu como
11 anexo ao e-mail de convocação da reunião e teve ressalvas por parte do servidor
12 Wellington das Virgens, representante técnico administrativo. Prof. Daniel V. sugeriu a
13 aprovação da ata com as ressalvas propostas e a mesma foi aprovada por unanimidade.
14 Em seguida, passou-se ao segundo item da pauta, a **eleição de delegados para o**
15 **Congresso “Vinte anos de Unifesp: autonomia, democracia e sociedade”**. Foi dada
16 a palavra à Prof.^a Marian Avila de Lima e Dias, representante da Comissão
17 organizadora do evento, que disse que um primeiro momento do processo são as teses
18 inscritas, que têm proposições que guiam as eleições dos delegados, citando o exemplo
19 da Escola Paulista de Enfermagem, em que a Congregação optou por não eleger os
20 delegados no dia da reunião, havendo depois uma assembleia comunitária, em que
21 foram indicados delegados de todos os segmentos, sendo depois os nomes referendados
22 na Congregação. Explicou que a representação no Congresso é paritária, sendo cem
23 representantes por segmento e que os candidatos não precisam ser membros da
24 Congregação. Disse, ainda, que todo esse processo tem sido acompanhado pela
25 Comissão, ou por alguém designado pela Comissão, e que ela, Prof.^a Marian, está
26 fazendo esse acompanhamento no Campus Guarulhos. Esclareceu, por fim, que após a
27 realização das eleições é feita ata e ofício informando quem são os representantes
28 eleitos. Prof. Daniel V. considerou que as informações trazidas pela Prof.^a Marian são
29 relevantes, e que um caminho é deixar para a assembleia comunitária a indicação de
30 todos os delegados, dos três segmentos, com ampla divulgação no campus. Prof. Daniel
31 V. passou a palavra à Prof.^a Márcia Jacomini, que está participando das reuniões
32 preparatórias ao Congresso no campus, para fazer um relato. Prof.^a Márcia disse que
33 todos devem ter recebido, via listas, os informes, desde julho, das reuniões para discutir
34 propostas de teses para o Congresso, e que houve participação oscilante nas quatro
35 reuniões realizadas no Campus Guarulhos. Disse que as propostas são para a
36 universidade e, portanto houve também a preocupação de organizar o processo nos
37 *campi*, e que a participação dos três segmentos garante um debate não fragmentado.
38 Citou a tese número doze, inscrita para o Congresso, elaborada pelos três segmentos da
39 universidade com participação de todos os *campi*, e disse que a última reunião ocorrida
40 no campus definiu como seria nossa participação no processo de eleição dos delegados,
41 sendo 18 membros da Congregação (6 vagas de docentes, 4 de técnico-administrativos
42 e 8 alunos) e 20 membros da Assembleia (6 docentes, 5 técnicos e 9 alunos),
43 totalizando 38 delegados de Guarulhos no Congresso. Prof. Daniel V. colocou em
44 votação a proposta de a assembleia comunitária indicar os delegados, que foi aprovada
45 por unanimidade. A seguir, passou-se ao terceiro item da pauta, a **reformulação da**
46 **Ouvidoria do Campus Guarulhos**. Prof. Bruno Comparato, autor da proposta,
47 explicou que o objetivo é pensar em uma forma de desafogar as tensões no campus.
48 Disse que suas ideias vêm dos estudos do Doutorado e que a Ouvidoria é um canal para
49 que as insatisfações e queixas sejam reunidas para detectar os problemas, sendo um
50 instrumento de fiscalização e gestão. Explicou que a figura do Ombudsman nas
51 universidades foi criada nos Estados Unidos, nos anos sessenta, com bons resultados, e

52 que a criação de Ouvidoria nos *campi*, apesar de ser contra o Regulamento da
53 Ouvidoria, seria interessante, mas há uma grande distância entre sonho e realidade, não
54 havendo instrumentos adequados para resolver certas situações. Prof. Daniel V. pensa
55 que se pode juntar a ideia da Ouvidoria Institucional com a proposta do Prof. Bruno,
56 pois na Secretaria de Alunos, hoje, é possível fazer reclamações e dar sugestões. Prof.
57 Daniel V. sugeriu a formação de uma comissão para levar a proposta aos órgãos
58 competentes. Prof.^a Izilda Johanson pediu um esclarecimento, perguntando se já que
59 não há Ouvidoria no campus, o que é que há no campus que faz com que cheguem
60 reclamações dos alunos aos professores dizendo que é da Ouvidoria, afirmando que a
61 Professora Marineide G., vice-diretora acadêmica, por exemplo, já agiu como
62 ouvidora. Disse, ainda, que o melhor lugar para fazer as reclamações é na Intranet, no
63 link da Ouvidoria. Prof.^a Marineide Gomes respondeu esclarecendo que a Direção
64 Acadêmica encaminha ou responde às solicitações da Ouvidoria da Unifesp. Prof.
65 Daniel V. interveio, dizendo que a direção intenciona melhorar esses fluxos e pediu
66 que a Prof.^a Izilda mostrasse o documento em que a Prof.^a Marineide assina como
67 ouvidora. Prof.^a Francine Ricieri com a palavra disse que recebem no curso, via ofício,
68 solicitações da Ouvidoria, e que sempre procuram atender da melhor forma. Relatou
69 situações em que não podia lidar com a queixa específica, como uma queixa anônima
70 com relação a um docente. Perguntou se não é possível ter uma interlocução com a
71 Ouvidoria da Unifesp, para ter direito de defesa, receber orientação e assessoria. A
72 servidora técnico-administrativo Jandira Reis disse que está no campus desde 2011 e
73 que o formulário de reclamações e sugestões sempre existiu, que talvez seu uso acelere
74 as respostas para os estudantes, e que é possível começar a pedir que as solicitações
75 sejam feitas pela Intranet. Professor Glaydson Silva reafirma que o uso de tal
76 formulário pelo campus pode confundir a isenção necessária da Direção Acadêmica
77 nesses casos. Prof. Bruno Comparato afirmou que é preciso pensar em como melhorar
78 o fluxo e os instrumentos de diálogos institucionais e de desafo das tensões e que se
79 a Ouvidoria depende da procura das pessoas, a Ouvidoria deveria vir até o campus para
80 nos orientar. Prof.^a Francine diz que é necessário haver um diálogo com as
81 coordenações dos cursos. Prof.^a Marineide retomou a ideia do Prof. Bruno do processo
82 de decisão compartilhado, sendo possível assim mapear as ocorrências e solicitar
83 esclarecimentos ao Ouvidor. Prof. Esper Cavalheiro (Pró-Reitor de Planejamento),
84 presente à reunião, disse que a questão pode ser levada para o Consu, caso se verifique
85 a necessidade de mudança das normas vigentes na Ouvidoria da Unifesp e que o Prof.
86 Bruno pode ter um papel fundamental nesse processo, pelo conhecimento sobre o
87 assunto. Prof. Daniel V. propôs três encaminhamentos: reunião com Ouvidor, pensar
88 em propostas para serem levadas ao Consu e para implantação no campus e a criação
89 de uma comissão paritária para receber e encaminhar as demandas. Nesse momento,
90 Prof.^a Izilda mostrou o suposto documento em que a Prof.^a Marineide havia assinado
91 como ouvidora, ficando esclarecido que a direção não assinou como tal, NEM
92 TAMBÉM QUE O DOCUMENTO ASSINADO DIZIA RESPEITO A UM MERO
93 ENCAMINHAMENTO FEITO A PARTIR DA OUVIDORIA OFICIAL DA
94 UNIFESP, que a palavra Ouvidoria só aparece no cabeçalho do formulário, existente
95 no campus desde 2010, preenchido primeiramente pelo requisitante (no caso, um
96 estudante) E É FREQUENTEMENTE ENCAMINHADO DIRETAMENTE AO
97 RECLAMADO SEM QUE, ANTES, A RECLAMAÇÃO PASSE PELAS
98 INSTÂNCIAS REGIMENTAIS APTAS A RESOLVER AS QUEIXAS, COMO
99 COORDENAÇÕES E COMISSÕES DE CURSOS. Prof. Samira Osman disse que os
100 fluxos e canais de diálogo devem ser melhorados e que há casos de estudantes que não
101 procuram a coordenação do curso, e sim direto a Ouvidoria. Prof.^a Francine disse que

102 há casos em que o aluno se identifica para o Ouvidor e não para a coordenação do
103 curso. O representante técnico-administrativo Wellington V. disse que seria
104 interessante pensar que, se existe um canal pela Intranet, não deveria mais haver
105 formulários em papel e que é preciso haver uma participação mais ativa dos envolvidos
106 nos processos e ainda que essa prerrogativa de sigilo deveria ser questionada, sendo
107 necessário estudar uma forma para sanar os problemas. Prof. Daniel V. pôs em votação
108 as propostas: que seja suspenso o formulário atualmente utilizado no campus para essa
109 finalidade e que as solicitações sejam feitas somente pela Intranet; que seja agendada
110 reunião entre direção acadêmica, Ouvidoria e Prof. Bruno C. para levar os
111 questionamentos feitos nessa reunião; e que haja propostas para mudanças no
112 funcionamento da Ouvidoria. As propostas foram aprovadas por unanimidade. Na
113 sequência, Prof. Daniel V. pediu licença para passar ao quinto item da pauta, **a**
114 **apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional da Unifesp (PDI) 2016-**
115 **2020**, pela presença na reunião do Prof. Esper Cavalheiro, Pró-Reitor de Planejamento,
116 que tomou a palavra e disse que o PDI é um projeto de cinco anos, lembrando a revisão
117 do PDI para os anos de 2011 a 2015. Disse que é o momento de pensar o futuro, não só
118 um desejo, mas obrigação de todos. Apresentou os membros da equipe da Pró-Reitoria
119 de Planejamento que o acompanhavam, Ricardo e Alisson, ressaltando a
120 disponibilidade da equipe para tirar eventuais dúvidas e que a elaboração do PDI é um
121 momento de construção coletiva e que suscita duas questões: a primeira é o que
122 queremos para a instituição e a segunda é do que dispomos para isso. Apresentou,
123 então, os slides do anexo, destacando que o PDI é um procedimento que faz parte do
124 Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que estabelece
125 estratégias e define prioridades, de pactuação compartilhada, cujos fios condutores são
126 a avaliação interna e a avaliação externa. A gestão de risco, que passa por maximizar as
127 oportunidades e evitar os riscos, supõe análise das forças e fraquezas, no âmbito
128 interno, e as oportunidades e as ameaças, no âmbito externo. Lembrou os eixos
129 temáticos do último PDI e perguntou se seriam os mesmos agora. Se nos perguntarmos
130 o que os alunos vêm buscar na universidade hoje, as respostas seriam: criatividade,
131 eficácia, eficiência, efetividade. Na Unifesp, destacam-se os objetivos coletivos, a
132 excelência e o caminho coletivo da Universidade. Apresentou o calendário, dizendo
133 que os KIT's do PDI devem ser enviados até o dia quinze de dezembro de 2014 para a
134 Pró-Reitoria de Planejamento, e que em 2015 será elaborado e enviado documento
135 final para o Ministério da Educação (MEC). Finda a apresentação, Prof. Daniel V.
136 convidou o Prof. Esper para sentar-se à mesa com a direção acadêmica e abriu a
137 palavra para esclarecimentos. Prof. Glaydson S. disse que a fala do Prof. Esper sobre a
138 importância do PDI foi esclarecedora, lembrando o envolvimento de todos os
139 segmentos, docente, técnico e estudantil que ocorreu no PDI anterior e perguntou que
140 lugar ocupará o que não foi executado nele. Prof. Esper respondeu dizendo que houve
141 conquistas, mas que nem tudo foi possível concretizar. Disse que é importante
142 questionar se o planejado foi adequado, se foi adaptado às condições estruturais, ou se
143 houve questões externas que interferiram na concretização. Prof.^a Ana Nemi perguntou
144 como garantir as condições para o funcionamento do PDI no campus. Prof.^a Maria Rita
145 disse que o problema não é terem planejado além do que se podia fazer, mas que o
146 presente não se revelou tal como se esperava. Disse que há necessidade de um
147 diagnóstico institucional, pois o mínimo prometido não veio e pergunta qual a garantia
148 do que vamos ter no futuro. Prof.^a Marineide disse que somos convidados pela
149 instituição a pensar grande, sem garantia de infraestrutura mínima – Guarulhos é o
150 maior exemplo disso, por ser o maior campus da Unifesp em número de estudantes e
151 menor na proporção de técnicos administrativos e de infraestrutura física e material,

152 por exemplo. Lembrou que o próximo ano será um ano de ajuste fiscal, ganhe quem
153 ganhar a eleição presidencial e, nesse caso, quais garantias institucionais teremos de
154 que vamos planejar e teremos os recursos. O representante técnico-administrativo
155 Wellington V. perguntou se o KIT traz um diagnóstico daquilo que não foi cumprido, e
156 o porquê, e também questionou a diferença que há entre os *campi*. Prof. Esper
157 respondeu explicando que não houve planejamento adequado anteriormente, na antiga
158 reitoria, que houve um pacto equivocado com o MEC e que foi necessário um acerto
159 interno da Unifesp. Afirmou não haver garantias para a execução dos planos, mas a
160 reitoria tem tentado incansavelmente buscar os recursos necessários. Prof.^a Samira
161 perguntou a quem devemos cobrar. O representante técnico-administrativo Wellington
162 V. disse haver disparidade entre o número de servidores técnico-administrativos no
163 campus São Paulo e no campus Guarulhos, entre o que estava no edital e o número de
164 contratados, pois eram dezoito vagas para São Paulo e já foram nomeados mais de
165 trinta. Prof. Esper respondeu dizendo que o que estava escrito para o campus
166 Guarulhos antes era inadmissível e que o planejamento deve ser construído com toda a
167 Universidade, de acordo com as necessidades de cada campus. Seguiu declarando que
168 o novo pacto é nosso e caso o MEC não nos atenda, não fechamos o pacto, devendo
169 haver um grupo de pessoas vigilantes para que não haja promessas longe da realidade.
170 Disse que as pessoas reclamam que não há planejamento, mas no momento de planejar,
171 ninguém aparece – só se planeja se o diagnóstico foi bom. A representante técnico-
172 administrativo Cristiane Shirayama disse que os técnico-administrativos, no campus
173 Guarulhos, têm recebido migalhas. Prof. Esper perguntou como se mede a emergência
174 e sugeriu que a Congregação chame a Prof.^a Rosemarie Andreazza, Pró-Reitora de
175 Gestão com Pessoas, para conversar. Prof. Daniel V. disse que o que incomoda é o
176 “está dado”, sendo possível sempre haver outro caminho para o futuro, passando pelo
177 diálogo sempre. Citou o edital para mobilidade interna e os casos do campus da Zona
178 Leste (o pacto novo para os *campi* em expansão) e das vagas para o Departamento de
179 Letras. Prof. Esper disse que seria melhor, em sua opinião, não discutir o PDI hoje e
180 chamar a Reitora para discutir o presente, o curto prazo, assim como o pacto não
181 cumprido. O representante técnico-administrativo Wellington V. disse que nas
182 Audiências Públicas ocorridas no campus nem todas as questões são respondidas e fez
183 um pedido para que a Reitora fale com o COTAG, para colocar as cartas na mesa. Prof.
184 Esper disse que pode levar essas solicitações para a Reitoria. Prof.^a Ana Nemi informa
185 que nós não cabemos nos espaços que nos são dados e que temos que abraçar a
186 proposta do PDI a despeito de urgências que não foram atendidas ontem, afirmando
187 entender que há dois planos de atuação: a necessidade de posições públicas
188 (conjunturais) e o redimensionamento das ações no PDI. Perguntou qual é a hierarquia
189 de prioridades defendendo que os *campi* de expansão existentes precisam ter condições
190 antes dos novos *campi*. Prof. Esper disse que a resposta do MEC é que dinheiro novo
191 não pode ser atrelado a dinheiro antigo, e que tudo que tem que ser feito precisa ter a
192 anuência do órgão superior e que precisamos nos perguntar se nós queremos ser uma
193 Universidade ou uma escola de terceiro grau. Prof. Daniel V. propôs
194 encaminhamentos: chamar a Reitora para uma reunião de pauta exclusiva com os
195 Departamentos e Setores; construir propostas para a próxima reunião da Congregação;
196 sensibilizar e envolver docentes, técnicos e estudantes para preparar essa reunião; que a
197 Proplan apresente um diagnóstico do campus para a próxima reunião da Congregação
198 para elaboração de cronograma e plano de trabalho; para a data de quinze de dezembro,
199 ter o KIT da Proplan preenchido. Passou-se então ao quarto ponto da pauta, **pedido de**
200 **esclarecimentos sobre a regulamentação da Licença Capacitação de Docente.**
201 Prof.^a Rita Jover-Faleiros, chefe do Departamento de Letras, com a palavra, disse que

202 já temos alguns docentes com cinco anos de casa e que foram feitos alguns pedidos de
203 licença para capacitação, sendo dois deles recusados, como por exemplo, a realização
204 da tradução de uma obra de Adorno pelo Prof. Markus Lash. O pedido recebeu parecer
205 de um assistente administrativo do setor de Recursos Humanos dizendo que tradução e
206 revisão de obra literária não se enquadram nas atividades de capacitação para fins de
207 concessão e usufruto de licença para capacitação. Citou as definições de capacitação e
208 eventos de capacitação do Decreto número 5.707, de vinte e três de dezembro de 2006:
209 “capacitação é o desenvolvimento das competências institucionais através do
210 desenvolvimento das competências individuais; os eventos devem contribuir para o
211 desenvolvimento do servidor e atender aos interesses da Administração; a
212 periodicidade é três meses a cada cinco anos e os períodos não são cumulativos”.
213 Questionou o porquê de o mérito acadêmico estar sendo avaliado por um técnico
214 administrativo, uma vez que o Departamento de Letras já havia aprovado o pedido.
215 Informou que procuraram por pareceres externos, da Universidade de São Paulo e da
216 Universidade Federal do Rio de Janeiro, que respaldaram o parecer do Departamento
217 de Letras. Afirmou que o site da Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas só trata da
218 capacitação de técnicos, e não de docentes; portanto, as questões trazidas por ela dizem
219 respeito à clareza quanto ao fluxo das demandas por capacitação do quadro docente e à
220 necessidade de que seja incumbência dos pares a avaliação do mérito acadêmico da
221 capacitação, cabendo ao setor técnico identificar se o docente atende às exigências de
222 ordem técnica. Prof.^a Ana Nemi disse que entende a lógica do técnico administrativo,
223 embora não concorde, mas acha que para responderem a ele precisam entender como
224 ele raciocina, baseados na lei vigente. Prof.^a Rita respondeu dizendo que é
225 incongruente caber a esse técnico a decisão, pois ele não tem condições para isso.
226 Prof.^a Ana Nemi propôs que se escreva um texto a esse respeito. Prof.^a Regina Gualtieri
227 disse que não há fundamento no parecer do técnico, que é uma resposta dada de acordo
228 com o senso comum e que o texto deve explicar porque a tradução não se encaixa na
229 licença para capacitação, pois capacitar não é fazer curso. Prof.^a Marineide manifestou
230 que a Pró-Reitoria de Gestão com Pessoas deveria ser acionada nessa situação e,
231 reforçando as palavras da Prof.^a Regina, assinala que capacitação não é o acúmulo de
232 cursos. Hoje trabalha-se com o conceito de formação permanente, que acontece ao
233 longo da vida. Prof.^a Rita observou que acha preocupante que esses processos estejam
234 sem resposta há muitos meses e que esse técnico seja respaldado por instâncias
235 superiores. Prof.^a Francine Weiss propõe que a Congregação endosse e consolide mais
236 uma vez esse pedido, pois é um interesse coletivo da instituição. Prof.^a Maria Rita
237 Toledo fez um adendo, pedindo que sejam duas manifestações separadas: apoiar o
238 pedido do Prof. Markus L. e fazer tramitar uma exigência junto à Comissão
239 Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Foi dado o encaminhamento de que a Prof.^a
240 Rita fica responsável por elaborar os citados documentos. Passou-se, então, ao sexto
241 item da pauta: **necessidades de adequações nos cursos de graduação que oferecem**
242 **Bacharelado e Licenciatura (Ciências Sociais, Filosofia, História e Letras),**
243 **conforme solicitação da Pró-Reitoria de Graduação.** Prof. Daniel V. introduziu o
244 assunto, dizendo que os ajustes nos cursos foram solicitados pela Prograd. Pediu ajuda
245 das Professoras Samira O. e Regina G. para compartilharem com a Congregação os
246 encaminhamentos da Câmara de Graduação, embora cada curso esteja fazendo seu
247 processo. Disse que o problema em si é a dupla saída dos estudantes, pois não há no
248 caminho formativo do estudante opção de escolha entre Licenciatura ou Bacharelado,
249 exclusivamente. Prof.^a Samira, com a palavra, disse que os departamentos e cursos
250 estão discutindo a questão e que em junho houve uma reunião, no campus, com a Pró-
251 Reitora de Graduação para tratar disso. Disse que os cursos de História, Filosofia,

252 Ciências Sociais e Letras tinham a possibilidade da Área Básica de Ingresso – ABI, e
253 depois, dois percursos, o Bacharelado ou a Licenciatura; o curso de História da Arte só
254 tem Bacharelado, e a Pedagogia, só Licenciatura. Informou que essa questão da ABI
255 foi reforçada na reunião e que os cursos estão atuando para as definições solicitadas
256 pela Prograd e somente o curso de Letras tem dúvidas. Disse, ainda, que nesse
257 momento a Congregação só seria informada dos trabalhos, pois os cursos ainda estão
258 em discussão sobre um possível ajuste. Prof.^a Ana Nemi perguntou onde está o
259 problema. Prof.^a Samira respondeu dizendo que o problema é o espelhamento de vagas,
260 ou seja, o aluno ocupa duas vagas. Prof. Daniel V. disse que a Prof.^a Angélica Minhoto,
261 Pró-Reitora de Graduação, foi convidada para esta reunião, mas infelizmente, ela não
262 pôde vir. Afirma que é necessário haver um processo de reingresso e opção, pois a
263 legislação deixa claro que nesse caso há a ocupação de duas vagas. Prof. Odair Paiva
264 expressou preocupação e dúvidas sobre se realmente é uma vaga espelhada e sobre a
265 discussão nos cursos da possibilidade de trilhas formativas e a tentativa de tentar mudar
266 a lei, provocando alguns enfrentamentos, porque ou a lei está equivocada, ou existe
267 uma interpretação equivocada da lei e concluiu propondo que a Pró-Reitora venha até a
268 Congregação para esclarecer essa situação. Prof.^a Ana Nemi perguntou se há uma
269 maneira diferente de interpretar a lei que sustente o que se faz hoje. Prof.^a Regina G.
270 disse que é preciso amadurecer como essa partilha acontece – até onde acompanhou,
271 viu um esforço para manter as propostas dos cursos. Prof. Daniel V. disse que a
272 intenção não é interferir nas decisões dos cursos, mas se chegar aos ajustes dos Projetos
273 Pedagógicos dos Cursos e a importância da Congregação ser informada desse processo,
274 uma vez que a Congregação é a responsável por deliberar sobre mudanças curriculares.
275 Prof.^a Samira disse que a Câmara de Graduação vai responder às indagações da
276 Prograd. Prof.^a Maria Rita interveio, dizendo que os cursos estão adequados para que
277 os bacharéis já tenham conteúdos de licenciatura e que a burocracia não pode interferir
278 nas matrizes formativas que os cursos propuseram, lembrando os PPCs aprovados ao
279 final de 2010, que trouxeram uma integração na matriz curricular dos cursos de
280 Licenciatura com os Bacharelados. Concluiu dizendo que as trilhas formativas, no
281 curso de História, por exemplo, o cardápio que o aluno tem à disposição desde o início
282 dos cursos, permite que ele faça sua escolha. Prof.^a Izilda entende que fazer a discussão
283 na Congregação é atropelar O PROCESSO QUE ESTÁ SENDO CONDUZIDO PELA
284 Câmara de Graduação E INTERNAMENTE NOS CURSOS. Prof. Daniel V. reiterou
285 que o debate na Congregação é uma maneira de compartilhar a informação e de fazer
286 uma preparação para quando as alterações nos Projetos Pedagógicos dos cursos vierem
287 à Congregação para apreciação, lembrando que o ponto 7 do ofício da Prograd
288 (enviado como anexo) pede que o campus dê respostas ao que foi solicitado. Prof.^a Rita
289 disse que essas definições dependem do posicionamento dos cursos. Prof.^a Izilda
290 interveio, afirmando, EM PRIMEIRO LUGAR, QUE TODOS QUE ESTÃO NA
291 CONGREGAÇÃO PARTICIPAM DAS DISCUSSÕES SOBRE O REFERIDO
292 TEMA DENTRO DOS SEUS CURSOS, DE MODO QUE MESMO QUE A
293 DISCUSSÃO NÃO SEJA TRAZIDA À CONGREGAÇÃO, NÃO HÁ COMO OS
294 MEMBROS DELA NÃO ESTAREM CIENTES DO QUE ESTÁ SE PASSANDO EM
295 RELAÇÃO A ESSE TEMA; EM SEGUNDO LUGAR, QUE A CÂMARA DE
296 GRADUAÇÃO não é assessora como qualquer outra, tendo, EM CERTOS CASOS,
297 poder deliberativo; E, POR FIM, QUE O MEMORANDO FOI ENDEREÇADO À
298 CÂMARA DE GRADUAÇÃO, NÃO À DIREÇÃO ACADÊMICA, NEM À
299 CONGREGAÇÃO DO CAMPUS, DE MODO QUE É A CÂMARA QUE TEM DE
300 RESPONDÊ-LO, NÃO A DIREÇÃO, NEM A CONGREGAÇÃO". Prof. Daniel V.
301 encerrou o ponto de pauta dando o encaminhamento: compartilhada a informação, q

302 Câmara de Graduação reafirmou o compromisso de atender aos prazos estipulados no
303 memo. 268/2014 da Prograd (enviado como anexo desta convocação), por parte da
304 Câmara de Graduação em conjunto com os respectivos conselhos dos cursos, sendo
305 que as alterações que se fizerem necessárias nos PPCs serão aprovadas pela
306 Congregação até dezembro de 2014, tal como exige o regimento da Prograd. Passou-se
307 então ao próximo ponto da pauta, **a composição da Comissão de Avaliação do**
308 **Estágio Probatório**. Prof. Daniel V. informa os nomes dos docentes enviados pelos
309 Departamentos: Luís Filipe Silvério (História); Márcia Romero (Educação); Jacira
310 Freitas (Filosofia); Iara Farias (Letras); e Janderson de Souza, (Letras), como suplente,
311 mais um docente da CPPD. Os nomes foram aprovados por unanimidade. No item
312 seguinte da pauta, **indicação de dois membros docentes para o Conselho de Gestão**
313 **com Pessoas**, os nomes de Lígia Fonseca e Wilma Peres foram aprovados por
314 unanimidade. Passou-se ao nono item da pauta, **a aprovação do edital de contratação**
315 **de empresa para elaboração do Plano de Desenvolvimento de Infraestrutura –**
316 **PDInfra**. O diretor administrativo Thomás Oliveira, com a palavra, informou que o
317 edital foi baseado no modelo do PDInfra de Diadema e que houve apoio dos arquitetos
318 da Proplan nas reuniões. Disse, ainda, que o edital sofreu alterações pontuais e que
319 além da aprovação foi solicitada a criação de um fórum do campus para definição da
320 expansão do campus, envolvendo os GT do PDInfra e Expansão, visando maior
321 participação da comunidade acadêmica. Prof. Glaydson S. perguntou se cabe à
322 Congregação aprovar o Edital e Prof.^a Marineide G. respondeu que sim, pois a licitação
323 com a empresa necessita da aprovação pela Congregação, conforme orientação da
324 Proplan. O Diretor Adm. Thomás informa que o GT recomenda a aprovação do Edital
325 e a realização do Fórum pela Congregação. Prof. Glaydson S. disse que o Termo de
326 Referência do Edital foi discutido no Departamento de História e que foram levantados
327 alguns pontos. Prof.^a Rita perguntou se a Proplan consulta o campus pós-licitação,
328 tendo como resposta que o Edital serve para abertura da licitação e que a equipe
329 contratada fará o trabalho no campus, envolvendo todos os segmentos. Antes de
330 encaminhar para a votação, o Prof. Daniel V. fez uma observação sobre um terreno
331 indicado no anexo VII do Edital, o qual não foi identificado e que não tem
332 conhecimento de como foi incluído nesse processo, lembrando que esta Congregação
333 passou por um enorme desgaste nas últimas reuniões em função de uma orientação do
334 Prof. Pedro Arantes, pró-reitor adjunto de Planejamento, em visita à Congregação, de
335 que seria necessário declarar interesse na unidade provisória para que este imóvel fosse
336 incluído no edital do PDInfra. Diante deste histórico, mostrou-se surpreso com a
337 indicação de terreno desconhecido no edital, o que revela um desgaste desnecessário
338 que passamos. Ainda assim, considera importante a aprovação do edital, para que a
339 contratação ocorra rapidamente, já que empresa será contratada para realizar este tipo
340 de prospecção e para garantir que o processo ocorra com ampla participação da
341 comunidade acadêmica. O Sr. Thomás disse que a possibilidade deste terreno foi
342 apresentada por iniciativa da Proplan, por ser próximo a futuras instalações de
343 transporte de massa, afirmando ainda que não possui mais informações sobre este
344 terreno. O Prof. Daniel V. colocou o Edital em votação, que foi aprovado por
345 unanimidade. Com relação ao décimo item da pauta, **posicionamento em relação às**
346 **propostas da Comissão de Orçamento Institucional da Unifesp**, Prof. Daniel V.
347 observou que o ponto demandaria um debate mais longo e propôs deixá-lo para a
348 próxima reunião, se houver outras informações dos representantes do campus na
349 comissão institucional. Prof. Carlos Bello manifesta que é preciso discutir formas mais
350 democráticas de partilhar os recursos, de como fazer a transição dos recursos para o
351 campus, o que traria melhorias fundamentais para o nosso campus. Quanto aos

352 **informes**, Prof. Daniel V. pediu que fossem encaminhados por e-mail para serem
353 incluídos na ata. Os informes da Direção Acadêmica são: a) No dia 22/10/2014
354 ocorrerá o lançamento da campanha “A comunidade acadêmica e suas relações com
355 drogas e álcool”. Com esse evento, o Núcleo de Apoio ao Estudante – NAE, com o
356 suporte da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE, quer dar visibilidade às ações
357 que serão realizadas de outubro de 2014 a outubro de 2015 no campus Guarulhos e que
358 serão centradas em dois eixos básicos: os estudantes usuários de drogas e álcool e a
359 comunidade universitária e suas inúmeras relações com as drogas; b) No mês de
360 setembro nosso campus recebeu oito novos servidores técnico-administrativos, que
361 atuarão em diversas áreas da EFLCH, sendo dois secretários executivos, três assistentes
362 em administração, um arquiteto, uma assistente social e um técnico em contabilidade;
363 c) Relato do trabalho da comissão especial de transportes, com a criação de espaço no
364 site para dar ampla divulgação e transparência a esse processo; d) A projeção do novo
365 campus, com propostas de reocupação dos espaços, com a construção do prédio novo e
366 reforma das instalações existentes será construída e debatida no mês de outubro, em
367 consonância com as diretrizes aprovadas em Congregação, o PDI vigente e os
368 resultados parciais do GT Expansão – novos cursos. Assim que a proposta for (ou as
369 propostas forem) finalizada(s), elas serão apresentadas à comunidade acadêmica e
370 apreciadas pela Congregação. A reunião foi encerrada e eu, Alessandra Fernandes,
371 secretária da Congregação, lavrei esta ata.